

Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio

HISTÓRIA DE UM ESPAÇO URBANO

Coordenação

MIGUEL FIGUEIRA DE FARIA



- 7** Introdução
MIGUEL FIGUEIRA DE FARIA
- 13** Da “Ribeira” ao Terreiro do Paço: génese e formação de um modelo urbano
HÉLDER CARITA
- 37** O Paço da Ribeira à medida da Corte: de Filipe I a D. Pedro II
MIGUEL SOROMENHO
- 73** D. João V e a imagem do poder: o terreiro ao revés
ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL
- 93** A Ópera do Tejo e a sua ligação ao Paço Real: possíveis vestígios arquitectónicos
ALINE GALLASCH-HALL
- 111** A Praça do Comércio e os planos para a Renovação da Lisboa baixa
MARIA HELENA RIBEIRO DOS SANTOS
- 135** Habitar a “Real Praça do Comércio”. Casas pombalinas do eixo Alfândega/Arsenal
MARIA HELENA BARREIROS
- 157** A Estátua Equestre, *in Absentia Principis* e o Rei Escondido
MIGUEL FIGUEIRA DE FARIA
- 229** O Paço Real na Praça do Comércio — Crónica de uma nostalgia: a proposta herética de Costa e Silva
JOSÉ DE MONTERROSO TEIXEIRA
- 271** Real Praça do Comércio: momentos de construção e ocupação de D. José a D. João VI
CRISTINA DIAS
- 303** Fontes e Bibliografia
- 323** Abreviaturas
- 325** Biografia dos autores



D. João V e a imagem do poder: o terreiro ao revés

ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL

Em vésperas do terramoto de 1755, denotando objectivo desnorte em relação ao centro semiótico da cidade onde aportava e que o terrível sismo, dentro em pouco, iria destruir, o *chevalier* des Courtils caracterizava o Paço Real, que perspectivava a partir do respectivo Terreiro — em função do qual, na verdade, historicamente se formara e desenvolvera —, como “une multitude de bâtiments placés sans goût, sans ordre et sans architecture (...) qui n’a pour lui que son immensité”. E sobre a qual, de resto, a fazer fé no seu relato, se acumulavam marcas de abandono, como se o pulsar da vida cortesã houvesse, por qualquer razão, migrado dali¹.

De facto, na bagagem de todo o *viajante filosófico* seguia também uma noção apriorística em relação à realidade que o aguardaria, ideia em simultâneo cultural,

antropológica e morfológica, alicerçada na informação disponível e, desde logo, na iconografia. Imagem essa no caso de Lisboa sempre centrada no Terreiro do Paço e, nele, marcada pela presença dominante e facilmente identificável do *Palácio do Rei*. Representação da urbe que, nesses meados do século XVIII, estaria já objectivamente desactualizada por virtude do que haviam sido as alterações introduzidas na retórica imagética do poder no decurso do reinado que havia curtos anos terminara — o de D. João V, onde, justamente, tais matérias se converteriam em escopo central da teoria e prática da governação: com natural projecção na modelação urbana.

De facto, fixada com inquestionável protagonismo na iconografia lisboeta de consumo internacional, a grande praça oblonga ribeirinha, paralela ao rio e entalada entre

¹ Albert-Alain Bourdon, “Notes à la ‘Description de la Ville de Lisbonne’ du Chevalier des Courtils”, in *Bulletin des Études Portugaises*, Lisboa, Institut Français au Portugal, nouvelle série, t. 26, 1965, p. 146.



Fig. 1 — Vista do Paço da Ribeira e do Palácio Corte-Real. Gravura. Biblioteca Nacional de Portugal.

este e a muralha fernandina, desenvolvera-se em função, a um tempo da explosão portuária e mercantil estimulada pelo ciclo dos Descobrimentos e da concomitante implantação no local da nova moradia régia, bordando-se, no decurso do tempo, de edifícios heteróclitos, entre públicos e privados, incluindo a Alfândega e a Casa da Índia, em articulação com a presença imediata do estaleiro naval da Ribeira das Naus. O Paço, na verdade, servira inicialmente de interface a ambas as áreas, por intermédio da extensa ponte que o unia ao forte, à beira-rio, que lhe proporcionava acesso fluvial autónomo e marcava a fronteira arquitectónica².

E fora a rápida ocupação em altura desta estrutura inicialmente de circulação, que, pouco a pouco, lhe outorgara, no conspecto da praça, uma presença morfológica tal (ao mesmo tempo que a presença do monumental edifício fornecia ao Terreiro o seu mais coerente flanco e, conseqüentemente, um elemento central da sua própria leitura) que, paulatinamente, geraria um processo afectivo e de osmose entre galeria e palácio régio (este, de facto, visualmente oculto, embebido entre a massa urbana edificada aquém da cerca), que acabaria por convertê-la em verdadeira antonomásia do *Palácio do Rei* — com a conseqüente projecção na iconografia urbana.

² Sobre a estrutura do Paço Real da Ribeira, veja-se Nuno Senos, *O Paço da Ribeira (1501-1581)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

A consciência da relevância política de uma expressão pública da moradia régia, bem como o valor simbólico detido pela que fora a mais representativa residência de seu avô, D. Manuel I, constituiriam os pilares orientadores do projecto de intervenção idealizado por Filipe II no Paço da Ribeira (determinado por imperativos políticos de afirmação semiótica da sua legitimidade jurídica e de compensação, igualmente pela via semiótica, da deslocação geográfica do eixo vital da Monarquia, que a integração de Portugal nos domínios da Casa de Áustria objectivamente impunha), por isso mesmo centrado na reformulação da *galeria*. Tratar-se-ia, pois, de uma operação de regularização clássica do respectivo alçado, voltado à praça, reforçando-lhe a monumentalidade e o impacte visual, culminando o programa na reforma radical do bastião ribeirinho em que aquela topava (o *forte*), o qual avultaria agora como um magnífico torreão, de base quadrangular e cupulado a chumbo, não sem ostentar, no embasamento, uma evocação simbólica da sua origem militar que, em última análise, justificaria a sobrevivência da antiga denominação, que se lhe colaria até ao fim.

Do que não restam dúvidas é de que o impacte urbano idealizado pelo projecto filipino de intervenção no Paço da Ribeira (tudo indica que com ordenação conceptual de Juan de Herrera e direcção inicial de Filippo Terzi e, com a sua morte, de Baltazar Álvares e respectiva sucessão na cadeia das Obras Reais) adquiriria completa eficácia — ao mesmo tempo que objectiva coerência em relação aos caminhos paralelos da arquitectura e do urbanismo castelhanos sobre os temas do palácio-bloco e das *plazas mayores* — no quadro da informação, longamente negligenciada, segundo a qual a ideia original consistiria

em “fechar toda a praça do Terreiro do Paço em roda, com outro pavilhão fronteiro no sítio onde hoje estão as casas da Alfândega”³: mesmo que novas e valiosas informações aparentemente remeter a veledade da sua materialização para a iniciativa de D. Pedro II, em 1679, em quadro plausível de celebração eufórica do final da Guerra da Restauração⁴.

Certo, porém, é que, posto em marcha a partir de 1581-1582, o empreendimento arrastar-se-ia por longuíssimos anos⁵, penosamente materializado, enredado na escassez de recursos que decorria, a um tempo da ressaça de Alcácer-Quibir e do progressivo enredamento do Reino na própria crise conjuntural que se abatia sobre os estados dos Habsburgo, tudo fazendo crer (assim o parece comprovar a iconografia disponível para a aclamação de D. João IV) que projectando-se além mesmo da Restauração.

Na essência, pois, quedar-se-ia limitado à reforma do *forte* e respectiva ligação por escada à sequência de salas que formavam, sobre a primitiva ponte, a galeria (em reforma essencialmente superficial do respectivo alçado), tão pouco atingindo o ponto angular da praça, onde, como documentam as fontes icónicas, se conservariam, até ao dia trágico de 1 de Novembro de 1755, as *loggias* pré-terzianas da chamada *Galeria das Damas*, por esse modo contribuindo para o efeito, denunciado por Courtils, de ser o Paço, mais que um edifício organicamente idealizado, *une multitude de bâtiments*, em secular sedimentação. Da intervenção filipina resultaria, não obstante, um reforço objectivo da dignidade icónica do Palácio Real, vincando o seu impacte público, com imediata repercussão nas *vistas* gravadas de Lisboa, situação para a qual não deixa-

³ Cf. “O Paço Real da Ribeira”, in Camilo Castelo Branco, *Noites de Insomnia Oferecidas a Quem não Pode Dormir*, vol. III, n.º 7, Porto, Lello, 1929, pp. 114-115.

⁴ Cf. Miguel Soromenho, “O Paço da Ribeira à medida da Corte: de Filipe II a D. Pedro II”, nota 159 (neste volume de Estudos).

⁵ Cf. Miguel Soromenho, “Classicismo, italianismo e ‘estilo chão’: O ciclo Filipino”, in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte em Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

ria de contribuir poderosamente a edificação simultânea, na continuidade da linha fluvial e ao outro lado da Ribeira, do Palácio Corte-Real⁶.

Ambos, na verdade, polarizariam doravante uma imagem *standard* da cidade, descendo em presépio sobre o rio, visão essa, todavia, que a um olhar *ilustrado* dos meados do século XVIII dificilmente poderia gerar outra impressão que *une multitude de bâtiments placés sans goût, sans ordre et sans architecture*. De resto, a restauração da autonomia do Reino, em 1640, redundaria em reforço do seu protagonismo, no âmbito de uma Lisboa recuperada no seu estatuto de cidade real e imperial, centrada na velha praça ribeirinha e, nela, na associação com o *Palácio do Rei*, de novo sede da vida áulica e administrativa. E, como sucederia com outro grande programa filipino (o reformado Mosteiro de S. Vicente de Fora, adoptado como panteão dinástico após a morte do Rei Restaurador), o Palácio Real converter-se-ia no ícone central do *Portugal Restaurado*, num contexto onde o Terreiro do Paço desempenharia, ele mesmo, as funções de palco privilegiado das grandes celebrações régias até ao reinado de D. Pedro II.

Com tudo isso, uma alteração de monta se produziria nesses anos. De facto, os avatares que rodeariam a escandalosa deposição de D. Afonso VI e a natural reserva que o novo monarca entenderia dever observar, atentas as circunstâncias peculiares da sua aproximação ao trono, redundariam num objectivo distanciamento do soberano, não apenas em relação às práticas visuais da Monarquia, mas ao seu próprio cenário habitual, emblematicamente traduzido pelo seu estabelecimento no Palácio Corte-Real (onde D. João V veria a luz do dia), ao outro lado da Ribeira das Naus, aberto sobre o Largo do Corpo Santo⁷.

Uma clara reorientação do eixo funcional da vida cortesã (e, conseqüentemente, do próprio estatuto do Paço Real) se produziria por este modo, com incontornáveis repercussões no Terreiro que dele colhia o nome.

De facto, a integração no património régio (por via da Casa do Infantado, de que D. Pedro era detentor) da antiga residência dos marqueses de Castelo Rodrigo — por expropriação, em retaliação dos laços de fidelidade que os uniam à Coroa de Castela — e a sua promoção a residência régia *de facto* na sequência da ascensão ao trono do Infante originarão o desenvolvimento de uma nova dinâmica cortesã, a espaldas do Terreiro (ele mesmo isolado na sua própria relação com o rio, por virtude das obras de fortificação aí empreendidas no quadro defensivo da Restauração⁸). Dinâmica essa que não deixaria de ser favorecida pela subsistência, entre os dois pólos urbanos marginais (o Terreiro do Paço e a Ribeira das Naus), da antiga comunicação, sob a forma do *Arco da Capela* (um dos múltiplos que garantiam a sua ligação à cidade envolvente), arco esse remanescente da antiga ponte, entre o corpo terziano e a Galeria das Damas que lhe sucedia, assim designado por virtude de permitir o acesso ao respectivo largo, aberto à Ribeira e à nova área urbana ocidental, pouco a pouco desenvolvida.

Na verdade, em 1619, na expectativa da visita de Filipe III, seria o Paço dotado de um novo espaço religioso, no piso nobre, em substituição do templo original; mas terá sido mantida, genericamente, a localização inicial⁹. Seria ele, em fim de contas, o motor de um debate (sobre o Palácio Real, a praça e os objectivos semióticos do poder), que a História se encarregaria de fazer regressar, poucos meses após a visita de Courtills, ao espaço donde, à pri-

⁶ Cf. António Filipe Pimentel, "Repercussões do tema do palácio-bloco na arquitectura portuguesa", in *Las Relaciones Artísticas entre España y Portugal: Artistas, Mecenas y Viajeros. Actas del VII Simposio Hispano-Portugués de História del Arte*, Badajoz, Junta de Extremadura, 1995, pp. 81-83.

⁷ Cf. António Filipe Pimentel, *Arquitectura e Poder. O Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 79-83.

⁸ Cf. Helena Murteira, *Lisboa da Restauração às Luzes*, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 33-34.

⁹ Cf. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, vol. II, 1885, p. 184.

meira vista, deliberadamente se distanciava. Com a morte de D. Pedro II esse debate iria começar.



Na verdade, com a ascensão de D. João V, um novo ciclo se inicia, no quadro, aliás, do regresso do centro cortesão ao velho Paço da Ribeira, objectivamente melhor dimensionado para a implantação de uma retórica representativa do poder. “El Rei he naturalm.^{te} inclinado a obras”, comentaria, pouco mais de um ano volvido, José da Cunha Brochado¹⁰ e, com efeito, de par com as reformas decorativas determinadas pela chegada da nova Rainha, empreendia-se, em 1709, a sua dotação com um jardim suspenso, ornamento de que a moradia régia não dispunha, a que o diplomata aludiria referindo que “Tambem a fabrica do novo Jardim he materia de gr.^{de} especulação, assim pela estreiteza do sitio, como porq. a elevação de novos arcos pode tirar a luz a algumas casas”¹¹ — mas que, não obstante, as fontes contemporâneas descrevem elogiosamente, dizendo: “Para o lado do rio tem este palacio um bello jardim com grande eirado, com viveiro abundante de todo o género de aves raras, especialmente pombas e rolas de varias castas. Não se pode dar mais aprazível espectáculo no mundo que a vista deste jardim sobre o mar”¹².

Parte substancial, porém, dos 800 oficiais que a documentação coeva refere¹³, ocupava-se em redor do templo palatino e das dependências com ele articuladas. A mesma fonte, com efeito, refere em Junho de 1708 que “Continuão as obras no Paço, e ja vemos uma gr.^{de}, e bela caza p.^a os neg.^{os} do Cabb.^o, q. se fez na q. era Livraria, e em todas as janelas daq.^{le} fronteespicio se metem grades com saca-

da”¹⁴. De facto, desde Fevereiro de 1707, escassos dois meses volvidos sobre a ascensão ao trono do jovem monarca, registava José Soares da Silva que “Determinou El Rey fazer Seê a sua Capella Real, e tem recorrido ao Papa, e de cam.^o vai fazendo nella m.^{tas} obras com noua capp.^a mor, e mil mudanças mais”¹⁵. A intervenção correria a cargo do alemão João Frederico Ludovice, rapidamente convertido no homem de mão dos programas artísticos do monarca e articulava-se (como sublinharia Soares da Silva) com o desígnio genérico de dignificação litúrgica do templo

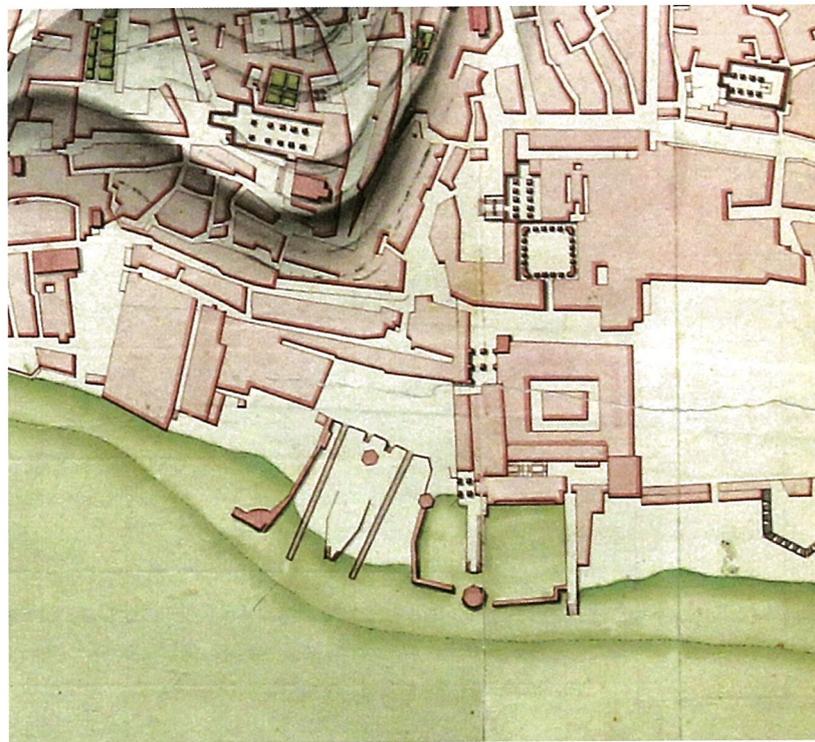


Fig. 2 — Manuel da Maia. Planta do Paço da Ribeira antes de 1755. Museu da Cidade de Lisboa.

¹⁰ José da Cunha Brochado, “Cartas de... ao Conde de Viana”, in *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Litterario, Politico, &*, vol. xvi, Londres, 1816, p. 120.

¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 41-42.

¹² “O Paço Real da Ribeira”, *op. cit.*, pp. 113-114.

¹³ José da Cunha Brochado, *op. cit.*, p. 109.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 104.

¹⁵ *Gazeta em Forma de carta*, t. 1, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, p. 198.

palatino, que constituiria um dos esteios do programa político do monarca¹⁶, de que viria a resultar a sua sucessiva elevação, primeiro a Colegiada, em 1710, depois, em 1716, a Basílica Metropolitana e Patriarcal.

As obras continuariam nos anos subsequentes e, em 1712, a correspondência diplomática referia-se aos trabalhos em curso, relatando que se alargavam as naves e se refazia o coro da Capela, no que se gastavam mais de 300 000 cruzados¹⁷. No período imediato prosseguiriam as reformas, nomeadamente nas capelas laterais e com enfoque no plano decorativo (com novos retábulos *à romana* e “quadros de excelente pintura”¹⁸), ao mesmo tempo que, em redor do templo, iniciaria o seu desenvolvimento um complexo arquitectónico que pode ainda reconstituir-se, ao menos em parte, com base na minuciosa descrição elaborada por Inácio Barbosa Machado a propósito das festas do Corpo de Deus de 1719, que, pela primeira vez, teriam a Patriarcal por especial cenário e cuja programação de igual modo quedaria a cargo de Ludovice.

Em redor do templo, pois e em articulação com ele, avultam então, concluídos já, os aposentos dos Infantes, um edifício composto por vários corpos de galerias em polida cantaria, elegantemente lavrada e adornados de óculos *romanos* na cimalha e de que duas alas delimitariam o largo já então chamado *da Patriarcal*, em cada um deles se rasgando um pórtico monumental, ladeado de grandes colunas de mármore de capitéis coríntios, de que um daria acesso a um pátio em forma de claustro, com duas ordens de janelas erguidas sobre arcarias — e que era o velho *Pátio da Capela*, agora reformado sob a forma

de um “grande pateo, que só, parece hum majestoso palácio” — e que não apenas dava entrada para o recinto religioso como, no dizer do cronista, constituía a “principal serventia de todo o Palacio”.

Dele, aliás, se acedia também ao templo, por intermédio de uma “formosa escadaria”, que subia para a nave da Epístola, enquanto, do lado oposto, se abria a capela (por intermédio de uma porta “de largura notável, e excedendo no elevado a muitos arcos triunfaes” e que, refere, “novamente se fabricou”) sobre uma vasta área exterior, que designa como “o novo átrio, que se vay fabricando” (e era, na essência, o Largo da Patriarcal), ao qual se ligava por outra escadaria, de aspecto mais grandioso que a anterior, de cinco lanços desencontrados e a que corresponderão, decerto, as “escadas novas que se fizeram” a que alude, nesse mesmo ano, o conde de Povolide¹⁹. Especificamente relacionada com a procissão do *Corpus* e seu percurso até à velha Sé, estaria a projecção, ainda por Ludovice, de uma extraordinária e sumptuosa *colunata*, cujo segmento principal atravessava o Terreiro do Paço (que *normalizava* esteticamente), sendo que um outro, secundário, proporcionava a travessia do largo do Rossio, dispositivo que marcaria a imagem da cidade, por isso que se conservaria em uso, com manutenção a expensas do Senado da Câmara, até ao terramoto de 55²⁰.

No que directamente respeita à Capela Real, porém, o que o relato de Barbosa Machado permite evocar é ainda, na essência, o resultado do programa realizado em 1619, sobre o qual D. João IV levava a cabo uma importante intervenção decorativa²¹. Construção de três

¹⁶ Cf. António Filipe Pimentel (2002), pp. 97-100.

¹⁷ Cf. Mons. José de Castro, *O Cardial Nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, p. 122.

¹⁸ Cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, t. VII, Lisboa, 1721, pp. 157-159.

¹⁹ Cf. Inácio Barbosa Machado, *História Crítico-Cronológica da Instituição da festa, procissão, e officio do Corpo Santissimo de Christo...*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759, pp. 150-155, e Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º conde de Povolide, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V*, António Vasconcelos de Saldanha e Carmen Radulet (introd. de), Lisboa, Chaves Ferreira (1990), p. 316.

²⁰ Cf. Inácio Barbosa Machado, *op. cit.*, e José Manuel Alves Tedim, *Festa régia no tempo de D. João V. Pader, espectáculo, arte efémera*, vol. I, tese de doutoramento, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1999 (policopiada), pp. 224-229.

²¹ Cf. António Filipe Pimentel (2002), nota 470.

naves, divididas por arcos assentes em grossos pilares de cantaria, sendo a central mais larga e alta, ostentava sobre esta um clerestório, enquadradas as respectivas janelas de pinturas seiscentistas, com suas espessas molduras entalhadas e douradas, nele assentando a abóbada de berço, de grutescos de ouro sobre fundo branco. Talha e *brutesco*, de resto (e ainda azulejos), faziam a sua aparição em toda a parte, em resultado das intervenções dinamizadas por D. João IV, rematando cada uma das naves laterais em sua capela, de planta quadrada e cúpula sobre pendentes, sendo a do lado do Evangelho, dedicada ao Santíssimo, “toda cozida em ouro” e bem assim o arco-triunfal, onde “tudo quanto [...] se oferece à vista he ouro”²².

As reformas realizadas teriam, pois, em vista responder às novas exigências litúrgicas decorrentes da dignificação eclesiástica do templo, ampliando quanto possível o espaço disponível, do mesmo passo modernizando (*à romana*) a respectiva decoração. De facto, Barbosa Machado refere sobre a intervenção de D. João V que nas “duas naves se fizeram novamente oito Altares de excelente arquitectura [...] fabricados à maneira de Roma”, ao mesmo tempo que informa que “lhe acrescentou quase meya Igreja na grandeza, com que rompendo, e demolindo muitos edifícios, lhe adiantou as naves, e fez a Capella mór”²³.

A verdade, todavia, é que a década que correra desde o início das intervenções, não somente era ainda, para

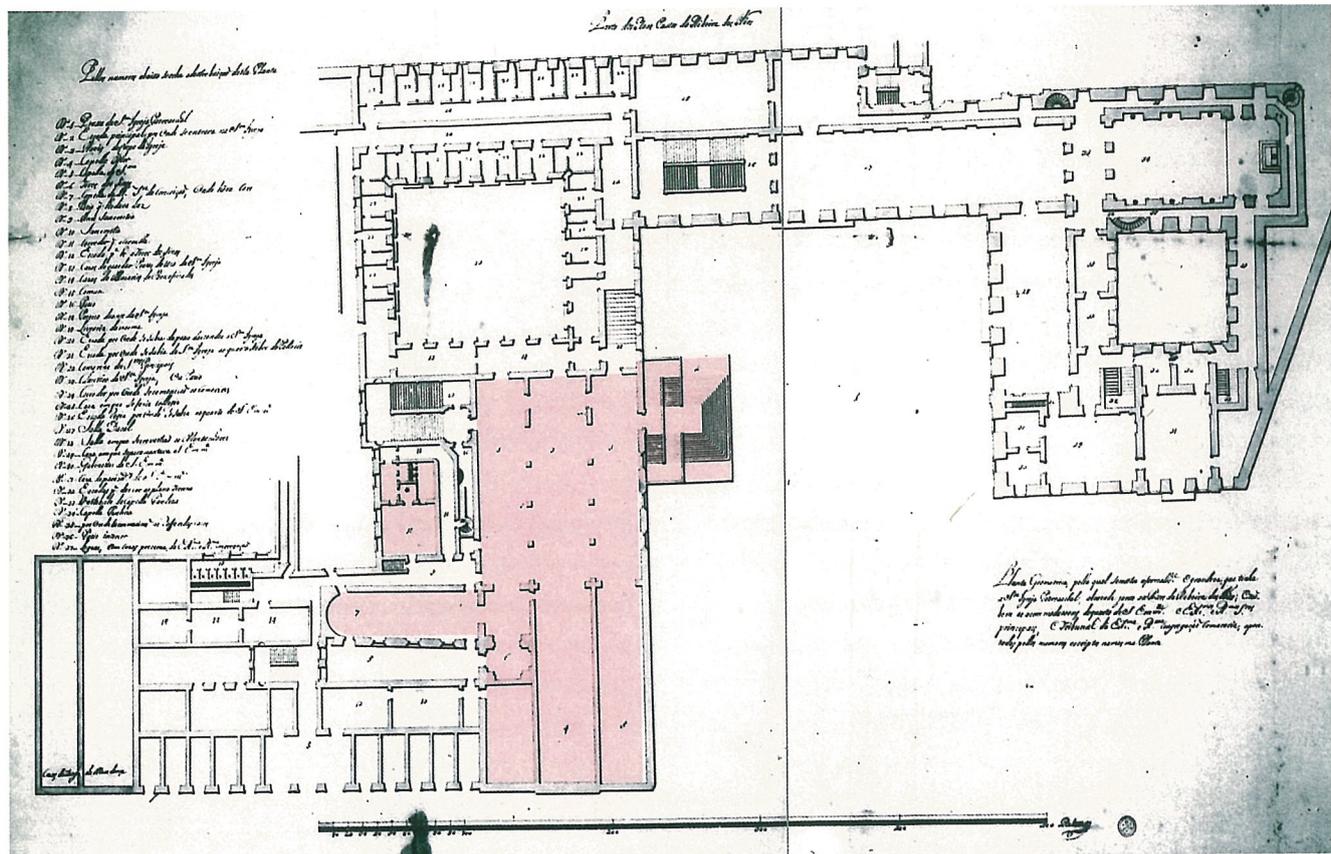


Fig. 3 — Planta da Real Basílica Patriarcal e áreas anexas, in Marie-Thérèse Mandroux-França, “La patriarche du Roi Jean V de Portugal”. *Colóquio Artes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 83 (1989).

²² Cf. Inácio Barbosa Machado, *op. cit.*, pp. 145-147.

²³ *Idem, ibidem*, pp. 147 e 144-145.

o jovem Rei, de maturação ideológica (a um tempo política e estética), como, sobretudo, marcada como fora pela participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha e pela gravíssima crise económica (e mesmo do poder real) que a acompanhara, constituíra um período adverso ao lançamento de projectos particularmente ambiciosos, reflectindo antes, provavelmente, uma sucessão de operações cumulativamente decididas. Nesse sentido, é possível que Brochado tivesse razão ao afirmar que se “se podia fazer hum Palacio novo com o dinh.”²⁴ que se tem gastado em concertos, e em remendos interiores”²⁴ e que as intervenções até então realizadas se ressentissem da ausência de uma orientação global, susceptível de reorientar o próprio Paço nas suas relações funcionais e semióticas.

O ano de 1716, porém, assinalaria a um tempo o fim do conflito, um vigoroso volte-face na imagem externa do País, decorrente do rotundo êxito militar que rodeara a vitória portuguesa na batalha do Cabo Matapã e (consequentemente) o culminar do processo diplomático tecido ao redor do engrandecimento litúrgico da Capela Real, com a concessão, em finais do ano, da ambicionada dignidade patriarcal. Num tal contexto, de par com a reunião das condições políticas e práticas para a sustentação de projectos de fundo em apoio da imagem do poder, patentear-se-ia em toda a extensão a insuficiência das condições oferecidas pelo templo palatino em relação às novas e exorbitantes necessidades cénicas e logísticas de um Patriarcado que se ambicionava susceptível de emular a própria Sede Pontifícia — como resumiria João Baptista de Castro, tornava-se indissociável que “faltava ao material da Igreja a sagrada fabrica de hum edificio com-

petente, que merecesse no magnifico o nome de Basilica, e Templo Regio Patriarcal”²⁵.

Numa palavra, se a sua elevação a Colegiada, em 1710, redundara, no imediato, na campanha de alargamento que as fontes documentam em 1712, a promoção a Sé Patriarcal, em 1716, expunha em toda a crueza as limitações do centenário recinto religioso. Em conformidade, novos planos seriam gizados, agora com recurso a uma estrela do panorama arquitectónico internacional: Filippo Juvara, o renovador de Turim e arquitecto papal (colaborador da Corte portuguesa desde 1707, onde ajudara Carlo Fontana na projecção das honras fúnebres de D. Pedro II em Roma²⁶), que neles terá começado a trabalhar desde 1717 e em cujo âmbito de deslocaria a Lisboa, entre Janeiro e Julho de 1719.



Estimulado pela encomenda que lhe chegara, subscrita pelo faustoso monarca português, Juvara idealizaria a projecção de um novo e grandioso complexo palatino, capaz, obviamente, de fazer frente aos seus congéneres internacionais, em articulação, porém, com uma basilica patriarcal, em relação à qual as fontes referem ser objetivo implícito que “quella fabrica dopo la rinomata gran mole di S. Pietro di Roma tenesse il primo posto”²⁷. A ideia base pressupunha o abandono do coração da urbe, transferido por D. Manuel I para a zona ribeirinha e, obviamente, do velho Paço da Ribeira, constringido pela malha urbana em toda a veicidade de ampliação espacial, visando os planos uma área liberta, a ocidente da cidade: a zona de Buenos Aires, frente ao rio e sobranceira à ribeira de

²⁴ Inácio Barbosa Machado, *op. cit.*, p. 118.

²⁵ P.º João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, 5.ª parte, Lisboa, 1758, p. 301.

²⁶ Cf. Angela Delaforce, “Giovanni V di Braganza e le relazioni artistiche e politiche del Portogallo con Roma”, in *Giovanni V di Portogallo (1707-1750) e la cultura romana del suo tempo*, Sandra Vasco Rocca e Gabriele Borguini (a cura di), Cat., Roma, Àrgos Edizioni, 1995, p. 28.

²⁷ Cf. Emilio Lavagnino, *L'opera del genio italiano all'estero. Gli artisti in Portogallo*, Roma, La Libreria dello Stato, 1940, p. 92.

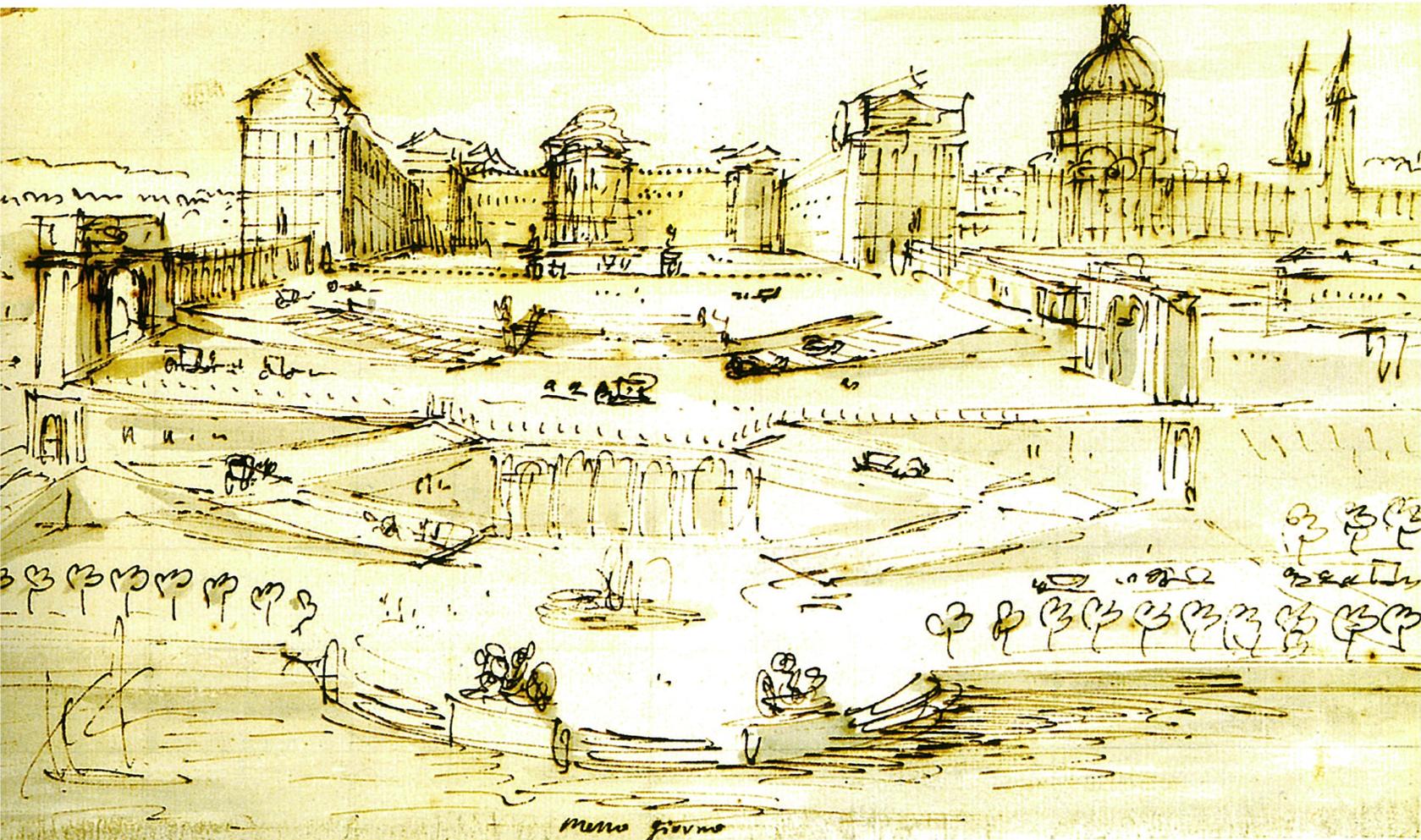


Fig. 4 — Esquiço de Filippo Juvara para o Paço Real de Lisboa (a Buenos Aires).

Alcântara. Em conformidade com eles, a crer de novo em João Baptista de Castro, terá tido lugar, a 7 de Fevereiro de 1719, magna reunião adrede convocada pelo Rei, envolvendo áulicos, conselheiros e médicos, além de Ludovice e do próprio architecto²⁸.

É possível que a realização de tal conciliábulo decorresse já da existência, no círculo governativo, de controvérsia sobre a decisão, decorrente das dificuldades em levar a cabo semelhante empreendimento, em quadro de

ressaca da grave crise financeira que envolvera a participação portuguesa na Guerra da Sucessão (mal concluída ainda), uma vez que chegariam a ter início os trabalhos preliminares de demarcação de terras, que haveriam de prosseguir ainda até Setembro²⁹. Para tal programa elaborara Juvara *belissime piante e disegni magnificentissimi*³⁰, infelizmente perdidos na voragem que, em 1755, haveria de abater-se, com especial violência, sobre o próprio Palácio Real e respectivos arquivos e estruturas conceptuais,

²⁸ Cf. Emilio Lavagnino, *op. cit.*, pp. 301-303.

²⁹ Cf. António Filipe Pimentel (2002), pp. 118 e 123, e Angela Delaforce, *op. cit.*, p. 29.

³⁰ Angela Delaforce, *op. cit.*, p. 28.



Fig. 6 — Vista aérea do Real Edifício de Mafra.
Palácio Nacional de Mafra.

deles quedando apenas quatro estudos prévios, realizados pelo arquitecto ainda em Roma e conservados na sua oficina, que Sasseti, seu discípulo, daria mais tarde a conhecer. E neles, não restam dúvidas, se ilustra — em outras tantas variantes — a aplicação do artista no exercício tenaz de, sobre a colina ribeirinha do perímetro rústico da urbe, articular a implantação de uma grandiosa residência régia e de uma basílica objectivamente declinada de São Pedro.

Como quer que fosse, a reunião seria inconclusiva, regressando Juvara a Roma em Julho, em companhia de generosíssima gratificação, acabando por suspender-se os trabalhos já empreendidos e confinando-se o monarca ao Paço da Ribeira, a um tempo no plano da representação da sua própria dignidade real e da pompa, quase pontifícia, da Patriarcal. Dessa frustração imediata viria, porém, a beneficiar mediatamente o projecto que paralelamente desenvolvia em Mafra, a treze léguas da sua capital, onde,

após vicissitudes várias e hesitações de diversa índole, se começara a erguer, desde finais de 1717, um cenóbio capucho, em cumprimento de um voto sucessório e que, entre 1721 e 1722, iria sofrer a mais abrupta transfiguração³¹.

Efectivamente, o projecto inicial (uma vez mais a cargo de Ludovice), assente na associação convencional de uma igreja de matriz inaciana e de um convento anexo, destinado a uma opulenta comunidade de 80 capuchinhos arrábidos, reconverter-se-ia quase completamente, com insólito ímpeto, quadruplicando a área original, para dar lugar a uma gigantesca mole de 40 000 m², englobando, no interior de uma imensa residência régia, uma basílica provida de panteão real, uma biblioteca e um colégio de aspirações universitárias, além do cenóbio original, porém ampliado em termos de poder albergar uma opulenta comunidade de trezentos monges. Como na intervenção dinamizada no Paço da Ribeira, onde o velho *Pátio da Capela*, reabilitado, se assumia como *principal serventia de todo o Palacio*, a Basílica Real de Mafra, objectivamente dependente da moradia real e plenamente integrada na sua lógica constitutiva, avultava como eixo semiótico da estruturação do próprio *Real Edifício* (como, na sua perplexidade, os contemporâneos o designaram), porém agora em termos de coerência e clareza compositiva, que possibilitava a inexistência de preexistências construtivas (ainda que não sem constrangimentos naturais).

Assim, pois, sobre uma matriz de inquestionável sentido urbanístico (ela mesma necessária metáfora da dimensão imperial da Monarquia), expressa na adopção de um plano de claras referências reticulares, alcançavam fundir-se um palácio real (com recurso explícito a arquétipos de arquitectura militar e onde o velho torreão lisboeta de Terzi, *aggiornato* embora, seguia cumprindo a sua missão icónica, como metáfora do *Palácio de Rei*) e uma basílica de explícita declinação vaticana, por intermédio dos quais se alcançaria, enfim, a ambicionada ilustração visual e retóri-

³¹ Cf. António Filipe Pimentel (2002), p. 141.

ca de um poder real que dela justamente necessitava, em acordo com a sistematização dos seus próprios fundamentos teóricos levada a cabo por D. João V: o mesmo objectivo que norteara os planos de Juvara e que, na medida das possibilidades (tão somente) fornecidas pelo seu casco indócil, se perseguiria de igual modo no secular Palácio Real. E, de novo, pareceria repercutir-se na sua planificação o valor icónico da velha ideia de *fechar toda a praça do Terreiro do Paço em roda, com outro pavilhão fronteiro no sítio onde hoje estão as casas da Alfândega*.

As obras do complexo palatino mafrense prosseguiriam com energia, após a alteração dos planos, em especial nos anos imediatos, absorvendo em boa parte os recursos e energias do soberano³². Todavia, pelos meados da década, patenteia-se um objectivo decréscimo da actividade, ao mesmo tempo que se documenta o retorno dos trabalhos no Paço da Ribeira, pressionados desde logo pelas negociações com a Corte castelhana, empreendidas em 1725, com vista aos duplos esponsais dos herdeiros ibéricos. Nesse sentido, em 1726 davam-se por concluídos os aposentos do Infante D. António, que incluíam cavalaria e cocheira próprias³³, avançando-se de seguida nos quartos novos da Rainha, em obras que, desde 1727, contavam com o concurso de um novo arquitecto, também italiano: António Canevari, aportado a Lisboa nesse Verão³⁴ e de igual modo no quadro das novas necessidades artísticas impostas pelo projecto matrimonial luso-espanhol.

Dever-se-lhe-ia, além da projecção das arquitecturas efémeras relacionadas com o evento (incluído o pavi-

lhão sobre o rio Caia), em 1728 e 1729³⁵, a escadaria nobre dos aposentos da Rainha (concluída em 1730/1731) e, além de uma putativa intervenção nos aposentos dos Príncipes do Brasil (onde as obras, sem especial pressão face à idade não-nubil dos juvenis esposos, se terão prolongado até 32), muito especialmente a única empresa que, nas intervenções realizadas por D. João V no Paço Real dos seus maiores, teria eficaz projecção no antigo Terreiro: a celebrada torre do relógio (mais propriamente o respectivo campanário), que recortaria o seu perfil barroco acima dos telhados da velha *galeria* e que lhe garantiria fama além do terramoto onde, como todo o Paço, viria a perecer — obra que tudo indica tivesse decorrido por 1728/1730³⁶.

Em 1729, porém, Mafra centraria de novo as atenções do soberano, com o fito de proceder, em Outubro do ano seguinte, à respectiva sagração, em articulação com a transferência da comunidade. Dobrado este, contudo, apaziguar-se-ia, uma vez mais, o furor construtivo na gigantesca mole e, pouco a pouco, o Paço da Ribeira — afinal o verdadeiro centro da vida política e representativa do País — concentra as atenções do seu real patrono. Até ao final do reinado, a nova face encontrada pela moradia régia sobre o Largo da Patriarcal (agora a sua principal serventia e o espaço demonstrativo das novas referências imagéticas) conheceria outras adições, culminando, em 1749, com os aposentos da Princesa da Beira e suas irmãs, coordenadas solitariamente por Ludovice, após o regresso a Roma, em meados de 32, de António Canevari.

³² Cf. António Filipe Pimentel (2002), pp. 141-142.

³³ Cf. Tristão da Cunha Ataíde, *op. cit.*, p. 415.

³⁴ Cf. Paola Ferraris, "Antonio Canevari a Lisbonna (1727-1732)", in *Giovanni V di Portogallo (1707-1750)...*, p. 57; *idem*, "Il Bosco Parrasio dell'Arcadia (1721-1726)", *ibidem*, p. 143.

³⁵ Cf. António Filipe Pimentel, "De Lisboa ao Caia: em torno do programa político e artístico da 'troca das princesas'", in Teresa Leonor M. Vale, Maria João P. Ferreira e Sílvia Ferreira (coord.), *Lisboa e a Festa. Celebrações religiosas e civis na cidade medieval e moderna*, Actas do Colóquio de História e de História da Arte, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp. 65-86.

³⁶ Cf. António Filipe Pimentel, *Ascensão e queda de António Canevari: reflexões sobre um problema historiográfico* (no prelo); *idem*, "António Canevari e a Torre da Universidade de Coimbra", *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*, Actas, VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 125-142.

Em tudo, na verdade, não ocupavam despidiendamente os arranjos decorativos internos, que fariam os estrangeiros comentar que “le loggement de ce Palais est considerable, les appartements en sont fort grands, & très-richement meublés”³⁷. É certo que o amplo desenvolvimento sofrido pelas estruturas construtivas do palácio, se por um lado contribuía para o reforço da noção de ser a residência do monarca, incontornavelmente, *une multitude de bâtiments*, produto de sucessivas adições, não deixara igualmente de promover a sua re-axialização, contribuindo para o reorganizar e, por essa via, justificando opinião complementar do próprio Courtils, desta feita averbando que “la partie neuve du palais, qui donne du côté de la patriarcal est belle et construite à la moderne”³⁸.

É neste contexto que a Patriarcal, inexoravelmente confinada à localização da Capela Real, volta a dominar a atenção do seu régio mentor. Em conformidade, em 1733, anota no seu *Diário* o conde da Ericeira: “Continua-se a compra de m.^{tas} cazas na Tanoaria, e dizem comprará El Rey todas as da Rua Nova da p.^{te} do Paço, de q se infere se cuida na nova Igreja Patriarcal, em que entrará parte do mesmo Palacio” — acrescentando alguns dias depois: “Já se derrubão a Ilha das Cazas da rua nova de Almada q. El Rey comprou por 45 V cruzados, e não se compram tantas da Tanoaria, e rua Nova como se dizia”³⁹.

Assim, pois, apropriando (mais do que para o templo, em benefício do enorme complexo funcional patriarcal)

todo o espaço disponível em área da maior densidade urbana, nascia por este modo (e por efeito da extraordinária campanha de trabalhos que se lhe seguiria e viria a justificar nova sagração, celebrada entre 13 e 20 de Novembro de 1746), a faustosa Basílica Patriarcal joanina, cujo esplendor inusitado e consequente capacidade de fascínio sobre os que, pelo curto lapso de dez anos, teriam possibilidade de fruir-lhe o extraordinário poder de sedução, somente a Capela de São João Baptista em São Roque, encomenda de extensão, permitirá hoje minimamente aquilatar⁴⁰.

De facto, às descrições dos memorialistas contemporâneos não escaparia o esplendor ostentado pelas dependências que com o seu serviço se articulavam, como as *Casas de Benedictione* (objectivo ponto de ligação ao complexo mafrense e às verdadeiras funções da sua Real Basílica), organizadas “para se vestir e descansar o Patriarca, com muita sumptuosidade e preciosidade”⁴¹, a *escada régia*, citação directa de São Pedro igualmente, ou ainda a *Capela Paulina*, “capela magnificéntissima feita para uso particular dos patriarcas, tal e qual os pontífices a tem em Roma”, a respeito da qual uma fonte coeva esclareceria que, “posto que ainda não esteja concluída, é soberbíssima pela profusão de jaspes vermelhos, negros, brancos e outras cores que lhe dão o esmalte”⁴². E as mesmas deslumbradas descrições estimularia o templo em si (“une des plus magnifiques églises que l'on connoisse aujourd'hui en Europe”, diria Moreri no seu *Dictionnaire Historique*, enquanto Alvarez de Colmenar a evocava “toute brillante

³⁷ Charles Delon, *Description de la Ville de Lisbonne ou l'on Traite de la Cour, le Portugal...*, Paris, 1730, p. 11.

³⁸ Albert-Alain Bourdon, *op. cit.*, pp. 146-147.

³⁹ Eduardo Brazão, *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde da Ericeira (1731-1733)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1943, pp. 207-208 e 210.

⁴⁰ Cf. António Filipe Pimentel, “Uma jóia em forma de templo: a Capela de São João Baptista”, *Oceanos*, 43, Julho-Setembro 2000, pp. 148-163; *idem*, “A Capela de São João Baptista: política, ideologia e estética”, *Museu de São Roque*, Cat., Teresa Freitas Morna (coord.), Lisboa, Santa Casa da Misericórdia — Museu de São Roque, 2008, pp. 212-231, e Marie Thérèse Mandroux-França, “La Patriarchale du Roi Jean V de Portugal”, *Colóquio-Artes*, 2.ª série, n.º 83, 1989; *idem*, “A Patriarcal do rei D. João V de Portugal”, *Triunfo do Barroco*, Cat., Lisboa, Fundação das Descobertas, 1993, e *idem*, “La Patriarcale del Re Giovanni V da Portogalo”, in *Giovanni V di Portogallo...*, *op. cit.*

⁴¹ Fr. Antonio do Sacramento, *Memorias curiosas em que, por estes anos de 1778, se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa*, ed. por A. Vieira da Silva, Lisboa, 1929, p. 15.

⁴² “O Paço Real da Ribeira”, *op. cit.*, p. 116.

d'or & d'azur”), de que a mais prolixa seria, afinal, a exarada pelo próprio Courtills⁴³.

Pólo mais intenso da destruição gerada pelo terramoto de 1755, as duas plantas que a documentam e constituem o único testemunho subsistente da ampla reforma levada a cabo nessa área do palácio⁴⁴ permitem compreender que o corpo do velho templo se manteria essencialmente incólume, tendo as intervenções (de 1712 e 1733) incidido fundamentalmente na cabeceira, possibilitando as incorporações de edifícios limítrofes a expansão do complexo patriarcal. Prolongada já a capela-mor na primeira fase dos trabalhos, a ponto de atingir comprimento idêntico ao da nave, a colateral do Evangelho, dedicada ao Santíssimo Sacramento, seguir-lhe-ia agora o exemplo, enquanto, do lado oposto, a da invocação da Sagrada Família se quedaria a meia extensão, para dar lugar, na rectaguarda, à *casa do tesouro*.

Pendicular a esta e com ela comunicando directamente, surgiria a riquíssima capela da Imaculada Conceição, em redor da qual se articulava um labirinto de dependências de apoio, sacristias, etc. No topo oposto do templo, três portas davam serventia ao Paço, através de uma galeria que circundava o *pátio da Capela*, bem como aos aposentos do metropolitano, aos quais se ascendia por larga escadaria. Da nave da Epístola, outra escadaria — que, refere Francisco Xavier da Silva, “se acabou de todo para o dia da Sagração” e “he obra magnífica”⁴⁵ — estabelecia a ligação com o referido pátio, no pavimento térreo e, no superior, com outras dependências. A nave do Evangelho, por seu turno, abria-se para o exterior por intermédio da famosa escadaria de cinco lanços, já referida e onde o *novo átrio* que, em 1719, se ia ainda *fabricando*, surgia agora como uma vasta e moderna praça — *da Patriarcal* —, por essa via convertida no núcleo dinamizador

de um programa arquitectónico e urbanístico, buscando submeter uma amálgama de construções sem unidade a um projecto global e esteticamente coerente.

Pouco mais de nove anos volvidos sobre a sua suntuosa sagração e menos (decerto) sobre a efectiva conclusão dos trabalhos determinados por D. João V — na verdade, ainda em 1745, quase em vésperas da consagração canónica, teria o Rei chegado a idealizar (e a fazer a respectiva encomenda a Ludovice) uma nova basílica, agora na solitária companhia da sua *canónica*, a erguer desta feita à Cotovia, na extremidade Norte do Bairro Alto, com a ambição, uma vez mais, de ser “da extensão de São Pedro de Roma” —, o sismo que devastou Lisboa reduziria a pouco mais que escombros o que fora, no curto lapso da sua contemporaneidade, *une des plus magnifiques églises que l'on connoisse aujourd'hui en Europe*. Extraordinariamente, porém, o seu espírito e o do conjunto de questões com que se articulou sobreviveriam ao dia da catástrofe.



Com efeito, é conhecido o *modus faciendi* utilizado pelo velho engenheiro-mor, Manuel da Maia, na programação da reconstrução da capital: o ritmo, a bem dizer inverosímil, com que elabora e faz sucessiva entrega das três partes em que se articula a sua *Dissertação*, que estruturaria os alicerces, a um tempo teóricos e práticos, do magno empreendimento (de inícios de Dezembro a Abril seguinte); o processo subtil que utilizaria para condicionar a decisão política no sentido de uma reelaboração total da planificação urbana, porém colhendo o valor em simultâneo afectivo, económico e representativo da sua antiga implantação; o trabalho conceptual realizado em torno às

⁴³ Cf. António Filipe Pimentel (2002), p. 108.

⁴⁴ Marie Thérèse Mandroux-França, “La Patriarchale do Roi Jean V de Portugal”, *op. cit.*, p. 34.

⁴⁵ *Elogio Fúnebre e Histórico do Muito Alto... Rei de Portugal, o Senhor D. João V*, Lisboa, 1750, pp. 96-97.

seis propostas, elaboradas sobre a planta da cidade destruída — convergindo naquela sobre a qual, com especial empenho, seu discípulo Eugénio dos Santos se debruçaria e viria, de facto, a servir de base a uma verdadeira revolução morfológica do coração da urbe, especialmente adequada à encenação retórica da revolução ideológica que o (novo) poder, por sua vez, ambicionava, por seu intermédio, demonstrar. Conhecida e recorrentemente referida é, de igual modo, a relevância desta operação do ponto de vista da aproximação da prática arquitectónica a padrões para ou proto-neoclássicos, nisso igualmente assentando o ideal renovador por que haveria de distinguir-se a empresa da reconstrução⁴⁶.

Mais difuso reconhecimento colheria a noção de ser tal programa, apesar disso, objectivamente devedor — “em princípios e traçado” — dos “esforços conjugados de engenheiros militares de três gerações, com as variadas e sucessivas experiências dos períodos ou dos reinados em que as exerceram, em seus gostos e seus sentidos práticos”⁴⁷ (e desde logo, e por maioria de razões, do longo reinado que há pouco terminara: o de D. João V), postulado justificativo, desde logo, da estreita ligação ostentada (em matéria de *princípios e traçado*) entre a própria linguagem formal adoptada e a genealogia nacional do *estilo chão*. E mais elementar ainda seria a percepção de que, à margem da ruptura que o próprio ideal de impor à velha urbe uma *nova ordenação* em si mesmo representaria, seria tal tarefa norteada por obsessivos pressupostos historicistas, em articulação com desígnios de legitimação, por essa via, da própria *Nova Ordem* que na mesma se materializava,

desígnio esse de que, em boa verdade, por modo algum poderia alhear-se⁴⁸.

Semelhante processo, aliás, traduzir-se-ia desde logo na própria opção de fazer renascer (e no mesmo local) o pólo urbano que, nos derradeiros séculos, centralizava a sua própria imagem (o Terreiro do Paço), somente submetido a uma incontornável operação de regularização e, sobretudo, a pressupostos de reforço da sua própria monumentalidade, que reforçariam ainda o seu valor representativo no quadro da *cidade* novamente projectada — ela mesma, afinal, representação semiótica da capital do Reino, no quadro de uma urbe mais ampla e felizmente poupada, mas de que a Baixa constituía coração simbólico e vital. Assim, pois, convertida no eixo, não apenas projectual mas, sobretudo, representativo, do próprio reordenamento urbano; metáfora da cidade que após ela se estende e palco ilustrativo, a um tempo do poder e da cidade (a material e a ideal), à Real Praça do Comércio, que lhe sucederia, caberia cristalizar esse conjunto de referências, no quadro de uma empresa iluminada por padrões de estrito pragmatismo.

Efectivamente e ao mesmo tempo que se redefiniria radicalmente a sua nova funcionalidade, a praça, convertida num quadrilátero regular de 180 m de lado (agora aberto *em palco* sobre o rio), crispava-se de memórias morfológicas, minuciosamente coligidas. E em primeira linha e desde logo o tema das arcadas. De facto, o Terreiro antigo comunicava-se com a cidade em que se incrustava por intermédio de uma diversidade de arcos (Arco dos Pregos, do Açougue, dos Passarinhos, Porta da Ribeira), em boa

⁴⁶ Para uma visão de síntese da questão, sendo obviamente despiciendo elencar aqui a vasta bibliografia que sobre ela se tem acumulado, vejam-se, em todo o caso, José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, 1983, pp. 77-129; Teresa Leonor M. Vale, “Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio”, *Monumentos*, n.º 1, Lisboa, DGEMN, Setembro/1994, pp. 29-34, e Walter Rossa, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado”, *Monumentos*, n.º 21, Lisboa, DGEMN, Setembro/2004, pp. 22-43.

⁴⁷ José-Augusto França, “Lisboa Pombalina e a estética do Iluminismo”, in *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o seu Tempo*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1997, p. 15.

⁴⁸ Cf. António Filipe Pimentel, “Da ‘Nova Ordem’ à ‘Nova Ordenação’: ruptura e continuidade na Real Praça do Comércio”, in *Actas do Colóquio Praças Reais. Passado, Presente e Futuro*, Miguel Figueira de Faria (coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 105-112.

parte praticados na antiga muralha fernandina, além do da Capela, integrado no Paço e arcadas, ou *loggias*, com destaque para a *Galeria das Damas* do palácio régio, constituíam tema recorrente na estruturação dos seus alçados. E a este fenómeno não pode deixar de acrescentar-se, seja o papel intermédio desempenhado pelo *Pátio da Capela*, entre o Terreiro e o Largo da Patriarcal (recinto, como se viu, estruturado em forma de claustro, rodeado de arcadas e concebido como um *grande pateo, que só, parece hum majestoso palacio* — e ao qual a presença de *tendas*, albergando o mais especioso comércio, outorgava inquestionável carácter público⁴⁹), seja ainda a prática consagrada de adornar o Terreiro de arcos triunfais, em associação a *joyeuses entrées*⁵⁰, seja, especialmente, a famosa colunata de Ludovice, que, de 1719 ao terramoto, enquadraria as procissões do *Corpus Christi* e cujo sentido regularizador e monumentalizador do prospecto heteróclito da antiga praça não poderia deixar de funcionar como referência histórica no momento de traçar a composição dos seus novos alçados.

É, pois, o valor dessa memória que leva Manuel da Maia a assumir desde cedo que a futura praça seria o único local da cidade a possuir arcadas⁵¹, dessa forma a inserindo numa genealogia urbana que declaradamente funciona como elemento de legitimação do novo projecto, obviamente num quadro disciplinado e modernizado. Estruturada agora com base em longas alas, providas de arcadas, andar nobre e *mezzanino*, que nos segmentos perpendiculares ao rio se rematariam por torreões, a nova praça absorve, na verdade, e desenvolve coerentemente, com inteligência e sensibilidade, o sentido, não somente das experiências, mas de uma reflexão que é possível

presentir desde longe, exercida em torno do programa monumental desse recinto, até então tolhido de constrangimentos jurídicos, justificativos do investimento cenográfico joanino no largo (mais livre) da Patriarcal.

Na verdade, não é apenas o tema das arcadas que Eugénio dos Santos retoma explicitamente, mas a própria memória do velho Paço da Ribeira e do chamado torreão de Herrera/Terzzi. Num mimetismo declarado, as afinidades acumulam-se, de facto, nos torreões gémeos da praça pombalina (num dos planos se chegaria a prever a subsistência, a Ocidente, do velho torreão quinhentista, na sua exacta localização — agora, porém, a meio da ala poente): repetição dos pavimentos nobres; mesma divisão em cinco planos, com alternância, nos vãos, de frontões curvos e triangulares; mesma cúpula (na versão original) forrada a chumbo — mais esbelta embora; mesma interligação dos torreões às fachadas mais baixas.

Com efeito, a importância modelar e simbólica do torreão⁵² advinha-lhe da sua função emblemática e icológica, sedimentada ao longo de 170 anos, enquanto metáfora da própria Monarquia, como residência simbólica dos Reis de Portugal — e tal o fizera integrar na (nova) projecção de Mafra⁵³. Porém, as suas potencialidades enquanto motor da composição arquitectónica tornam-se objectivamente mais explícitas à luz da informação citada, sobre o plano (que o torreão teria integrado) de *fechar toda a praça do Terreiro do Paço em roda, com outro pavilhão fronteiro no sítio onde hoje estão as casas da Alfandega*. Trata-se, na verdade, de um quadro exageradamente próximo de afinidades conceptuais, para não tornar verosímil a oportuna retoma, por parte de Manuel da Maia e de Eugénio dos Santos, desse projecto, jamais exe-

⁴⁹ Cf. Albert-Alain Bourdon, *op. cit.*, p. 157.

⁵⁰ Cf. George Kubler, *A Arquitectura Portuguesa Chã, entre as Especiarias e os Diamantes, 1571-1706* (ed. portuguesa Lisboa, Vega, 1988), pp. 110-133; Nelson Correia Borges, *A Arte nas Festas do Casamento de D. Pedro II*, s. n., s. l.: Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim e Fernando Bouza Alvarez, *Festas Que se Fizeram pelo Casamento do Rei D. Afonso VI*, Lisboa, Quetzal Editores, 1996.

⁵¹ Cf. Manuel da Maia, *Dissertação [...]*, parte III, *apud*, José-Augusto França (1983), p. 119.

⁵² Cf. António Filipe Pimentel (1995), pp. 88-89.

⁵³ Cf. Rafael Moreira, "O Torreão do Paço da Ribeira", in *Mundo da Arte*, n.º 14, Coimbra, Junho/1983, pp. 43 e segs., e António Filipe Pimentel (2002), p. 187.

cutado mas obviamente conhecido no círculo pedagógico da Aula de Fortificação, numa operação clara de afirmação da nova praça como sede de poder, cuja *memória* — isto é, legitimidade — visaria conservar, dignificando-a, monumentalizando-a e racionalizando-a.

De igual modo os alçados reproduzidos na conhecida gravura que ilustra o projecto de Eugénio dos Santos, acrescido já das adições de Carlos Mardel, impostas após a sua morte, em 1760, ostenta igualmente, no acesso à Rua Augusta, o arco de triunfo, previsto por Eugénio dos Santos, e aí, na versão mardeliana, provido de torre sobreposta, com campanário e relógio: dupla fidelidade aos múltiplos arcos da antiga praça e à memória de uma das suas mais recentes e prestigiosas aquisições, a Torre do Relógio do Paço da Ribeira, erguida para D. João V em 1728, por António Canevari e que, por um quarto de século, regularia a praça sobre os telhados das salas paços.

E ainda que parte destes elementos, como as cúpulas dos torreões, os troféus das alas e mesmo o arco-torre-relógio tivessem sido eliminados na execução do programa — talvez não por constituírem reminiscências rocaillle numa cidade deliberadamente depurada e *neoclássica* (como tem sido visto), mas por fatal imperativo de uma lenta e complexa reconstrução⁵⁴ —, quedariam sinais mais do que evidentes para ilustrar a obsessão arqueológica que presidiria ao novo traçado, mas igualmente à sua prévia reflexão. Merecerá, pois, especial reparo a persistência, num dos seis planos, em fase já de formulação do novo traçado a impor à Baixa e ao Terreiro (o do ajudante Elias Sebastião Poppe), da Igreja Patriarcal, agora abrindo sobre a Praça: templo de planta basilical, idealizado em flagrante afinidade com o seu congénere mafrense (após

a reconfiguração do respectivo plano⁵⁵), porém com uma largueza de traçado que os estrangimentos da reformulação ainda ali lhe tolheriam, no quadro de uma praça fechada ao rio, síntese do Terreiro velho e do urbanismo áulico-religioso do antigo Largo da Patriarcal: eloquente testemunho, pois, do denodado empenho de projecção na cidade nova dos valores simbólicos da Lisboa joanina que o terramoto destruiria.

Uma constatação, porém, se evidencia e nela se tem recorrentemente insistido: a saber, a eliminação, no programa final da praça novamente planeada, do complexo palatino e patriarcal, que dominara o antigo Terreiro, conservado, aliás, em boa parte dos projectos *preliminares*⁵⁶. O novo recinto, com efeito, vocacionava-se para receber a bolsa de comércio (ideia cuja paternidade pertencerá ainda a Manuel da Maia, no âmbito, de resto, da sua antiga vocação comercial), além da alfândega, dos tribunais e dos serviços públicos. Em confronto com a *ociosidade* cortesã, a cidade nova e a praça que a resumia — a *Praça do Comércio*, designação oficial, cuja ambiguidade (praça/bolsa) não somente consagraria a importância estratégica da nova classe comercial como, de forma mais pragmática, a sua utilidade enquanto financiadora do próprio edifício — surgiam como uma apologia da vida *útil e moderna* do comércio e da actividade económica e, desse modo, como adequada ilustração retórica da própria *nova ordem*.

No dizer de Costigan, com efeito, Pombal idealizara o novo recinto “*como se fosse o grande teatro do comércio em Portugal (...), assim como aquele onde todas as causas da justiça civil e criminal deveriam ser julgadas em última instância*”⁵⁷. Quanto ao Palácio Real, seria idealmente transferido para Ocidente, para São João dos Bencasados (actual

⁵⁴ Cf. José-Augusto França (1983), pp. 127-129 e 141-147, e Teresa L. M. Vale, *op. cit.*, p. 33.

⁵⁵ Cf. José-Augusto França (1983), pp. 102-103.

⁵⁶ Cf. *idem, ibidem*, pp. 95-98.

⁵⁷ Arthur William Costigan, *Sketches of Society and Manners in Portugal*, Londres [1787], carta xxv, *apud* José-Augusto França (1983), p. 128.



Fig. 5 — Eugénio dos Santos/Carlos Mardel. Projecto final da Real Praça do Comércio. Gravura a buril e água-forte de Gaspar Frois Machado, colorida a aguarela, último quartel do século XVIII. Museu da Cidade de Lisboa.

Campo de Ourique), no âmbito de um novo bairro funcional, a unir, através de São Bento e do Chiado, à Baixa reorganizada⁵⁸. Mas não será talvez prudente negligenciar esta matéria, a pretexto da sua não materialização (a entender no quadro complexo de uma reconstrução assaz penosa e prolongada em agravamento finissecular da conjuntura financeira), assumindo simplesmente a questão da residência régia como um *creux*⁵⁹ da *cidade pombalina*.

Com efeito, não somente tal decisão configura estratégias reflexivas que remontam aos planos traçados por Juvara (ou que lhe pediram que traçasse), em 1719, para Buenos Aires, como essa reflexão se interliga igualmente com a projecção urbanística do empreendimento das Águas Livres, onde Maia desempenhara papel central — como, ainda, com outros projectos e estudos do engenheiro-mor para a zona ribeirinha ocidental, desenvolvidos a partir da década de 20⁶⁰: configurando assim, também por essa via, uma clara linha de continuidade. E, sobretudo, parece indissociável da coerência do plano geral da urbanização de

Lisboa, projectando-se e deixando traços (e traças)⁶¹ num ordenamento urbano dessa zona então periférica, que as dificuldades financeiras pombalinas e pós-pombalinas e os ritmos de uma empresa magna e necessariamente lenta fariam diferir, mas que ecoaria ainda, aliás, meio século volvido, na projecção, a Ocidente, do Paço Real da Ajuda.

Contenção económica, pois e reconstrução interminável que, ao diferirem *sine die* o empreendimento, igualmente magno, da residência régia e bairro anexo, pondo em causa a ligação entre os dois pólos, provocariam o isolamento semântico da *Praça do Comércio*. Ou, na verdade, da *Real Praça do Comércio*, designação que muito improvavelmente constituirá um *lapsus calami*⁶², como já foi sugerido, por isso que não apenas emerge da documentação, como, sobretudo, do plano de Eugénio dos Santos que lhe diz respeito e onde a pena do desenhador laboriosa e atentamente averbaria essa denominação. E que decorre não somente do protótipo internacional a que recorre⁶³, mas, sobretudo, do papel estrutural que

⁵⁸ José-Augusto França (1983), pp. 83-84 e 147-152; W. Rossa, *op. cit.*, pp. 30-31.

⁵⁹ José-Augusto França (1983), p. 11.

⁶⁰ Cf. W. Rossa, *op. cit.*, pp. 33-35, e *idem*, *Além da Baixa. Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista*, Lisboa, IPPAR, 1998, pp. 63-75.

⁶¹ Cf. *idem* (1998), pp. 40-45.

⁶² Cf. José-Augusto França (1983), pp. 123-124; *idem* (1997), pp. 19-20.

⁶³ Cf. *idem* (1983) p. 158.

nela desempenha a estátua equestre do monarca, que lhe ocupa o centro (perspéctico), configurando-se como o eixo indispensável de todo o sistema arquitectónico e urbanístico da Baixa reconstruída.

De facto, sem vestígio de contradição, com ela se indemnizava a praça da supressão do Palácio Real, não, todavia, sem inseri-la na órbita estatal, impondo-lhe o selo da autoridade, na lógica de uma concepção política que, isolando o Rei da Nação, o convertera numa útil e dócil abstracção simbólica, ao serviço de um conceito fortemente disciplinado de poder. No quadro assaz estrito da reconstrução, a Praça do Comércio emerge, assim, na sua monumental cenografia e na sua própria contradição urbana — que historicamente se projecta na própria dificuldade de fazer *viver* um espaço idealizado como matriz geradora de um conceito de ordem que aí se materializa e ilustra (e por isso dela foi afastado o elemento água que, no velho Terreiro, polarizava a vida em seu redor⁶⁴) —, como um cenário retórico e demonstrativo da cidade que por detrás se estende e da ordem política que nela se configura. E, nesse sentido, de uma utopia social.

E é por essa via que — e não obstante o minucioso inventário de referências históricas e ontológicas aí acumuladas — a Praça do Comércio denuncia, na sua morfologia, um último vínculo ao passado, porventura, afinal, o primeiro de todos: o mais estrutural. O que é fornecido pela própria planta, largo quadrilátero flanqueado de torreões angulares, opção através da qual se denunciam, uma vez mais, as raízes da reflexão de que constitui produto e que, nesse sentido, a configura como ponto de chegada, mesmo que, necessariamente (e como sempre ocorre), seja igualmente ponto de partida.



De facto, a nova Praça do Comércio, reabilitando deliberadamente a memória da ambicionada regularização do Paço da Ribeira e reforçando-lhe a coerência, na esteira do desígnio utópico de *fechar toda a praça do Terreiro do Paço em roda, com outro pavilhão fronteiro no sítio onde hoje estão as casas da Alfandega*, integrar-se-ia, pela própria via da matriz herreriana (a que directa ou indirectamente se reporta), no quadro conceptual entretecido em torno da forma matricial do palácio-bloco⁶⁵, uma das mais prestigiosas genealogias formais definidas pela tradição arquitectónica ocidental — *forme mère*, nas palavras de Bazin⁶⁶.

Importará, pois, insistir sobre a sua relevância, justamente do ponto de vista da ilustração das grandes utopias sociais (num arco cronológico cujo ponto de arranque se situa na própria Antiguidade)⁶⁷, mas, sobretudo, no facto de ter a mesma acabado de produzir, a curtas léguas da Lisboa destruída, uma das suas mais importantes sínteses contemporâneas, no ciclópico empreendimento do Real Edifício de Mafra, destinado a constituir a ilustração visual de uma teoria de poder, como ela se configurara no Portugal de D. João V — e onde a componente *régia* seria justamente evocada em explícita referência ao projecto herreriano para o Paço da Ribeira, imprescindível elemento iconográfico, aí também, numa encenação de poder, não carente, decerto, de legitimação, mas pelo menos, seguramente, de afirmação.

Sobretudo, porém, importará reter a íntima relação existente entre a realização mafrense e o sentido da intervenção joanina na cidade de Lisboa e a sua qualidade de repositório de frustrações acumuladas na capital: proces-

⁶⁴ Sobre este processo de esvaziamento da vida por parte da nova praça, veja-se Miguel Figueira de Faria, "O modelo praça/monumento central na evolução urbanística da cidade de Lisboa — notas sobre a toponímia, urbanismo e história dos monumentos públicos de Lisboa", in *Actas do Colóquio Lisboa Iluminista e o Seu Tempo*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1997, pp. 66-67.

⁶⁵ Cf. António Filipe Pimentel, "O laboratório da reconstrução: reflexões em torno do pensamento e da prática do urbanismo português", in *Actas Propaganda e Poder*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 347-364.

⁶⁶ Germain Bazin, *Les Palais de la Foi. Le Monde des Monastères Baroques*, vol. 1, Fribourg, Office du Livre, 1980, p. 104.

⁶⁷ Cf. António Filipe Pimentel (2002), pp. 157-169.

so esse onde se demonstrará, igualmente, a consciencialização, por parte do poder, da *ilegitimidade* que assistiria a um exercício arquitectónico — os planos de Juvara — carenciado de base cultural (e, por conseguinte, social) de apoio. O desfecho da aventura madrilenha do mesmo Juvara, na sequência do incêndio que, em 1734, destruiria o Alcazar, deverá, decerto, ajudar a iluminar os verdadeiros motivos que inviabilizaram os seus planos lisboetas: riscado o Palácio Real Novo, em 1735, em moldes *européus*, de nítidas referências versalhescas, seria completamente reformulado por Sachetti, a partir de 1738, segundo um esquema quadrangular, organizado em função de um grande pátio central e reforçado por torreões angulares, que intencionalmente recupera, sob a brilhante roupagem barroca, não somente a antiga estrutura de origem castrense, mas a carga ideológica que enformara a tipologia do palácio-bloco e se revelava indispensável à legitimação da nova dinastia⁶⁸.

Efectivamente, não parece sensato negligenciar a relevância dos sucessos de Madrid no quadro do esclarecimento, seja das reais razões da rápida suspensão dos planos juvarianos de Lisboa, seja da adopção em Mafra de um partido morfológico em radical oposição, atenta a evidente relação existente entre o abandono dos planos régios para a capital e a violenta e súbita transfiguração do projecto que, deste 1717, norteava a edificação do cenóbio capucho. A uma concepção eminentemente plástica (documentada pelos esboços subsistentes elaborados por Juvara) opor-se-ia, no Real Edifício, uma outra de sentido deliberadamente urbanístico, por isso mesmo capaz de evocar não somente as traves mestras em que se fundamenta uma teoria de poder, mas o sentido imperial desse mesmo poder, implantado pelos quatro continentes

através de formas e fórmulas originadas numa estrutura pedagógica — a Aula de Fortificação — que se convertera, ela mesma, numa extensão imprescindível do poder. Obra essa de Mafra onde se entrecruzam, com tanta frequência, os nomes dos que terão sobre os ombros a tarefa de reconstruir Lisboa.

A *cidade real* joanina constituirá, desse modo, a diversos títulos, não somente o refúgio das frustrações acumuladas pelo seu real mentor em relação às intervenções realizadas no velho Paço da Ribeira e, de um modo geral, à sua capacidade de intervir na capital. Mas, num sentido mais fundo, o *laboratório* — o primeiro ensaio —, onde haveriam de testar-se soluções que, com outro espírito e em outras circunstâncias, Lisboa verá aplicar quando chegar a sua hora. Na sua projecção e construção, de facto, se configuraria uma verdadeira *Escola*, geradora de um pensamento que aí, em plena coerência, se materializou.

A reconstrução da capital seria a herdeira desse saber e dessa experiência — bem como da longa reflexão que sobre ela própria se operara. Por isso, na nova Lisboa, a *cidade das Luzes*, a marca racionalizada da *praxis* da engenharia militar se estende pela urbe *inteira*. Porém, no Terreiro do Paço/Praça do Comércio, ícone e resumo da concepção que preside à reconstrução, o palácio-bloco, símbolo do Estado e abrigo da modernidade, se abre, em ousada e surpreendente proposta (e nisso assenta a sua radical genialidade), abraçando idealmente a cidade nova, que absorve no seu interior vazio. Por essa via demonstrando que, nas vésperas do terramoto, a Portugal faltava apenas, tão somente, a oportunidade prática de aplicar, no terreno real de uma cidade a fazer, toda uma reflexão que há muito se encontrava pronta.

⁶⁸ Cf. George Kubler, "Arquitectura de los siglos xvii y xviii", in *Ars Hispaniae*, vol. xiv, Madrid, 1957, pp. 206-215; Miguel Durán, "Del Antiguo Madrid: la construcción del Palácio Real", in *Arquitectura*, n.º 96, Madrid, 1927, pp. 123-131; Fernando Chueca Goitia, "La Corte de España y los Sitios Reales", in *El Arte en las Cortes Europeas del Siglo XVIII*, Madrid, Comunidad Autónoma de Madrid, 1989, pp. 220-223; Francisco Javier de la Plaza Santiago, *Investigaciones Sobre el Palácio Real Nuevo de Madrid*, Valladolid, Departamento de Historia del Arte, Universidade de Valladolid, 1975, pp. 135-158.